

HISTÓRIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: possibilidades e perspectivas para a investigação no Histedbr.

Carlos Lucena*
Universidade Federal de Uberlândia

O estudo sobre as contradições e mediações entre a história, a educação e o trabalho no âmbito da recuperação da história da educação requerem ser problematizados. Sua análise remete à problematização das profundas mudanças que se desenvolvem no capitalismo monopolista nas últimas décadas. A recuperação do debate inerente ao processo da abertura democrática no Brasil deve ser feito levando em conta a crise em âmbito internacional que se instalou no Estado de Bem Estar fordista. Uma crise ainda não superada que reorganizou a economia, transformou a política internacional, influenciou as formas de organização técnica da produção, acirrou rivalidades e trouxe novos problemas com velhas soluções.

O processo de abertura democrática no Brasil colocou as discussões políticas nos limites das fronteiras nacionais. O crescimento da organização partidária, da participação popular, as altas taxas de sindicalização¹, entre outras, colocava preocupações em âmbito nacional de um processo de luta por um maior índice de participação civil e desconsiderava os movimentos do capitalismo monopolista em nível internacional. Em outras palavras, enquanto os níveis de participação popular e lutas sociais cresciam no Brasil, as nações mais desenvolvidas em termos da economia capitalista mergulhavam em um processo de crise. O leitor deve entender que não é que o Brasil estivesse imune a esse processo de crise estrutural em âmbito internacional, o contrário, os sucessivos governos militares produziram medidas econômicas voltadas para a flexibilização no Estado já no final da década

* Professor Adjunto II da Universidade Federal de Uberlândia.

¹ O Brasil na década de 80 do século XX conseguiu o maior índice de sindicalização do mundo capitalista.

de 70 do século XX, mas que não conseguiram avançar em virtude da forte organização dos movimentos sociais no país.

O processo de crise estrutural deve levar em conta alguns fatores. Sua problematização ultrapassa as fronteiras econômicas, atingindo tanto dimensões sociais como políticas. As transformações dentro de um modo de produção presentes na história da humanidade devem ser compreendidas tendo como referência a dialeticidade. No desenvolvimento desse processo existem elementos chamados contrários. Estes, no processo de transformação, são opostos. Não pode existir um sem o outro. Os opostos estão em interação permanente. O fato de os contrários não poder existir uns sem os outros constitui a unidade dos contrários. A contradição é a maneira genuína do movimento, da transformação dos fenômenos. Há de se convir que em toda e qualquer sociedade, quando uma solução não se apresenta dentro do sistema estabelecido, o sistema tem que ser substituído por outro. Na luta dos contrários, o novo que surge não elimina o velho de forma absoluta. O novo significa um novo objeto, uma nova qualidade, mas o novo possui elementos do antigo, os elementos que são considerados positivos na estrutura no novo e continuam existindo dentro dele. Partindo desse princípio, podemos afirmar que o modo de produção romano inventou o modo de produção feudal, o modo de produção feudal inventou o modo de produção capitalista.

Quando analisamos os processos de transformação estrutural que se desenvolviam no capitalismo monopolista concomitantes ao processo de abertura democrática no Brasil, podemos dizer que os mesmos podem ser assim apresentados: em primeiro lugar, ocorreu um grande salto tecnológico, com a automação, a robótica e a microeletrônica invadindo o universo fabril. Em segundo lugar, o taylorismo e o fordismo já não são únicos. Em terceiro lugar, ocorreu uma flexibilização do processo produtivo. Por último, o toyotismo substituiu o fordismo em várias partes do capitalismo globalizado. Articulada a essas estratégias

desenvolve-se um movimento macro-econômico denominado como transnacionalização do capital.

A transnacionalização do capital deve ser entendida através de um amplo processo de reorganização no plano internacional. O fordismo possuía, como essência, o caráter nacional. Além disso, foi um regime de acumulação em que o desenvolvimento autocentrado e a oferta nacional constituíam a base do regime. Porém, o segundo choque do petróleo, aplicado pelos grandes produtores no final da Década de 1970, transformou esse cenário. Entre as principais transformações, observam-se as políticas de austeridade competitiva. As mesmas visam escapar da superprodução relativa e do estrangulamento dos lucros, por meio da conquista de mercados externos. Elas implicam a compressão máxima de todos os custos de produção, tendo início pelos custos salariais.

Alan Bihl dá uma importante contribuição a essa discussão. Afirma que no cenário econômico transnacional, suas ações atravessam as economias nacionais afetando a sua autonomia, e ultrapassam-nas, sem conseguir superar totalmente os limites do Estado-Nação. O espaço mundial atual é contraditório, composto de homogeneização, através dos fluxos de mercadorias, de capitais, tecnologias, trabalhadores, etc, e da fragmentação, devido à persistência do Estado e da hierarquização, imposta pelos desenvolvimentos desiguais sobre os quais repousa a divisão internacional do trabalho.

O capital utiliza a liberdade de se deslocar entre um país ou continente ao outro. Chesnais (1997) entende que o conceito de capital deve ser visto como uma totalidade, composto de diferenciações e hierarquizações. Ele pode ser dividido nas seguintes categorias: capital produtivo, empregado na indústria em sentido amplo; capital comercial, empregado na intermediação e na grande distribuição concentrada; e capital-dinheiro, entendido como capital monetário.

A transnacionalização do capital colocou em cheque as relações fordistas. O pacto entre o Estado e os oligopólios não foi mais possível, pois uma grande parcela dos aparelhos produtivos nacionais passou para as mãos de grupos

internacionais, sobre os quais o Estado tem poucos meios de pressão. Ao mesmo tempo, com a difusão da transnacionalização do capital, ocorrem investimentos preferencialmente no mercado internacional em detrimento do nacional. Essas mudanças na política de acumulação têm um caráter contraditório, pois ao mesmo tempo em que servem aos interesses de homens de negócios, penalizam outras parcelas dos próprios homens de negócios, pois nem todos têm acesso ou conseguem se adaptar às suas transformações. As empresas que operam somente nos mercados nacionais são exemplos. As mesmas são duramente atingidas, agravando o desemprego estrutural e a difusão da miséria. O setor financeiro no cenário transnacional apresenta-se como a essência do parasitismo, atacando o próprio capitalismo e ameaçando o futuro da humanidade.

O Estado passou por profundas transformações no cenário da transnacionalização do capital. O mesmo, no fordismo, foi fundamental no processo global de reprodução do capital. O capital transnacionalizado provoca um profundo divórcio entre o espaço econômico e o político. Ao mesmo tempo em que o capital se transnacionaliza, o Estado deve permanecer essencialmente nacional. Com isso, a gestão estatal torna-se contraditória. Nos países onde o capitalismo não se desenvolveu, esse mesmo Estado assume uma dimensão de influência nacional que se reduz sensivelmente. Ao mesmo tempo, em países onde o capitalismo se desenvolveu, toma uma dimensão ampliada que se articula para além das fronteiras nacionais: um instrumento de coerção para garantia dos interesses econômicos de segmentos de homens de negócios. Esta afirmação se comprova analisando a atuação das empresas transnacionais no cenário do capitalismo monopolista atual. Dowbor (1997) afirma que existe uma tendência em considerar as empresas transnacionais como “apátridas”, sem bases nacionais. Isso em parte é verdade, pois não seguem dinâmicas internas e não servem propriamente a nenhum interesse nacional. Porém, ao acirrar as contradições que prejudiquem os seus interesses aproveitam-se da força política que as suas raízes nacionais lhe conferem, mobilizando, aos seus interesses, os Congressos,

Executivos e se necessário até a força militar. As atividades dos departamentos jurídicos norte-americanos para proteger os interesses da Microsoft no mundo inteiro, ou a pressão Clinton sobre o governo brasileiro para ser aprovado o contrato com a Raytheon referente à segurança da Amazônia, ou mesmo o tráfico de influência para a privatização da Petrobrás são exemplos.

O poder das transnacionais reforça-se pelo fato de que se trata cada vez menos de simples empresas que produzem em escala mundial, a cada vez mais de empresas organizadoras da produção, comercialização, financiamento e promoção, com um impacto de reordenamento do universo econômico que vai muito além das fronteiras da propriedade empresarial. As grandes produtoras de automóveis são exemplos. As mesmas são montadoras que gerem um conjunto de relações em que o importante é as patentes, a tecnologia, as marcas. À medida que as transnacionais evoluem do conceito de produtor para o de organizador, passam a organizar um sistema complexo de relacionamentos que envolvem a mídia, financiadores, distribuidoras, advogados e sistemas de pressão política nos países onde exercem atividades. Esses grupos empresariais transnacionais exercem um poder extremamente vasto. Baseados no poderio dos países do Primeiro Mundo transformam a maior parte dos atores sociais do planeta em meros espectadores que tentam, sempre com atraso, se adaptar de forma menos prejudicial às transformações estruturais do capitalismo monopolista.

As empresas transnacionais maiores é que controlam a tomada de decisões relativas ao mercado. As pequenas empresas não dispõem de acesso independente ao mercado, atuando mais como apêndices dependentes das grandes corporações do que como negociadores independentes. Sua direção é manejada cada vez mais por especialistas multinacionais que formam uma casta política em termos sociais, econômicos e culturais. Formou-se uma classe em nível mundial, e não mais no âmbito nacional, que concentra a tomada de decisões. Suas opções tecnológicas definem o que e quem deve consumir. Dowbor (1997) afirma que esses especialistas gerem um universo que drena recursos de bilhões de seres humanos,

através de um complexo de serviços de intermediação, uma fase do capitalismo monopolista em que a produção segue sendo importante, mas cresce a importância do direito de trânsito da mercadoria na esfera econômica mundial. O que importa é a “griffe” e não a origem de produção da mercadoria. Um exemplo é a Nike, onde a produção de tênis, independente de o mesmo ter sido produzido em Hong Kong ou no Paraguai, a um custo de US\$ 6 o par, com o acréscimo da marca passa a valer entre US\$ 70 e US\$ 130. O salto do preço se dá na intermediação global e não no produtor. O camponês que produz ópio para a fabricação de drogas concentradas, na Tailândia, recebe cerca de US\$ 150 por mês, menos de um centésimo do preço do produto no mercado. Porém, quem controla a intermediação capta bilhões de dólares.

Articulado a essas estratégias desenvolveu-se uma lógica em que cada empresa, da menor empresa capitalista à mais potente transnacional, tem como finalidade elevar a produção com o menor custo possível. Isso possibilitou uma drástica redução do número de empregos formais. A Volkswagen do Brasil perdeu 27 mil postos de trabalho nos últimos anos. O ABC paulista, em dez anos, perdeu 130 mil postos de trabalho. Os Bancos, desde o final da década de 1980 até o início do ano 2000, perderam 450 mil postos de trabalho. Houve uma combinação da mutação tecnológica com uma política de reduzir ao limite o número de trabalhadores.

O ponto essencial é a flexibilização do aparato produtivo e dos direitos dos trabalhadores. O sistema é estruturado a partir de um número mínimo de operários, com o incentivo ao acúmulo de horas extras e à contratação de trabalhadores temporários ou sub-contratados. A Petrobrás é um exemplo. Ela possuía em torno de 120 mil trabalhadores no final da década de 80 do século XX, sendo 60028 estáveis, uma década após possuía 100 mil trabalhadores, sendo que apenas 33 mil são estáveis. Dois terços são terceirizados. A tendência é a redução do número mínimo de trabalhadores e a elevação do índice de horas extras.

Todas essas transformações tiveram um impacto nas políticas de emprego e formação dos trabalhadores. O crescimento do desemprego estrutural e a maior seletividade do mercado passaram a redefinir as relações trabalhistas. A transnacionalização transformou radicalmente o mercado de trabalho. Suas ações articulam-se ao fenômeno do desemprego estrutural e seus desdobramentos. O cenário do capitalismo atual é que o conhecimento tradicional se desvaloriza e volatiliza mais rapidamente do que nas sociedades anteriores.

O fenômeno desemprego é um processo de reorganização global da força de trabalho. Um processo que reserva a estabilidade de emprego e seguridade social para poucos profissionais altamente capacitados e condena elevadas parcelas de trabalhadores à exclusão. O desempregado é uma força de trabalho em situação de inferioridade e em amplo processo de marginalização. O que se oculta por trás do desemprego não é o fim da centralidade do trabalho, mas a reestruturação do emprego em condições precárias.

Mattoso (1999) afirma que no Brasil, as aberturas comercial e financeira colocaram a economia em uma competição internacional sem qualquer proteção. A ausência de políticas públicas apontam uma situação em que a criação de empregos só é possível através da redução do custo do trabalho e com a deterioração dos empregos existentes. O que está em jogo é o rompimento da relação entre cidadania e o exercício do trabalho, em que o emprego é um direito do cidadão e cabe ao Estado assegurá-lo. Desenvolve-se uma estratégia que visa a liberação dos encargos do emprego, fazendo com que o desemprego seja de responsabilidade individual.

Esses fenômenos não são novos nem exclusivos deste período de transformações na organização da produção capitalista. Nas últimas décadas do século XX, as sociedades mundiais passaram por um acelerado processo de mudanças e inovações tecnológicas.. As mesmas determinam transformações na organização da produção que apontam mudanças sobre as formas de emprego e a qualificação profissional. De acordo com Salm e Fogaça (1998) no final do século

XIX até a Primeira Grande Guerra Mundial, existiu um processo semelhante ao atual, onde os efeitos das transformações produtivas sobre o emprego e sobre os requerimentos educacionais entraram em discussão. O desemprego é algo que está presente na economia capitalista a mais de duzentos anos. Na segunda metade do século XIX, com o incremento da tecnologia e as transformações das exigências do e para o trabalho que ocorreram com a Segunda Revolução Industrial, levaram boa parte dos trabalhadores ao desemprego estrutural.

No plano ideológico, afirma Frigotto (1999), desloca-se a responsabilidade social do Estado para o plano individual. Com a ausência de política de emprego e a falta de perspectiva de uma carreira profissional, a sociedade se divide entre os indivíduos empregáveis e os não empregáveis. Para os últimos, resta-lhes uma procura interminável por um emprego, um emprego que passa longe do mercado de trabalho formal, configurando-se num cenário de precariedade total e permanente. Nos últimos trinta anos, as políticas econômicas de desregulamentação e privatização das empresas públicas vêm criando uma massa de desempregados pelo planeta.

De acordo com Taddei (1999), no período entre 1944 a 1972, no pós Segunda Guerra Mundial, a formação aparece, na medida que dissimula a precarização da força de trabalho qualificada, como o resultado do desenvolvimento do conflito capitalista. Consolida-se como mais um instrumento para favorecer o crescimento econômico, o aumento da produtividade e a elevação do nível de vida dos trabalhadores com maior instrução escolar. Com efeito, nos anos 60, difundem-se as teorias anglo-saxônicas do capital humano estimulando os homens encarregados do processo de tomada de decisões, tanto no setor público como no privado a investir na educação. A teoria do capital humano reivindica um aumento do nível de capacitação profissional, por meio da formação, produz um aumento da produtividade, traduzindo-se em um aumento de salário.

A teoria do capital humano ganha um novo impulso com a transnacionalização do capital. A educação passa a ser definida como um serviço, e

não como um bem social. Eleva-se o apelo ideológico da crença quanto a sua importância para o crescimento econômico e o alívio da pobreza. A diferença substancial é que, a ampliação do nível educacional é responsabilidade do próprio indivíduo, e não mais do Estado. Isto tem graves implicações sociais, uma vez que a tão propalada necessidade de capacitar ou recapacitar trabalhadores para que possam adquirir o padrão exigido pelas mudanças tecnológicas não é tarefa que possa ser feita sem uma efetiva ação do Estado. Por outro lado, a educação mantém seu caráter de possuidora de um poder redentor sendo apresentada como de suma importância para o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais.

A miséria e a exclusão atuam como autênticas prisões sociais, condenando à perpetuidade, grandes parcelas de miseráveis que sobrevivem em seu meio e não conseguem fugir das suas “grades”. Para João Bernardo (2000), a situação de boa parte dos jovens da classe trabalhadora pode ser verificada a partir dessa dinâmica. O desemprego da juventude é o resultado de uma dualidade estrutural do capitalismo monopolista, onde os progressos da mais-valia relativa não permitem absorver e liquidar a esfera da mais-valia absoluta. O desemprego, mais que uma questão econômica é uma questão social. Os desdobramentos desse processo de exclusão são sentidos na própria escola. Os efeitos dessas condições juvenis sobre o mercado de trabalho são originados nos meios condenados à mais-valia absoluta. A resistência ao modelo escolar é um dos exemplos. Os jovens ao negar a escola, desvalorizam-se de imediato, pois renegam a sua própria capacitação. O desemprego estrutural entre os jovens é agravado por uma rebeldia que leva a rejeitar todas as formas de disciplina que existam no próprio interior do grupo de jovens. Trata-se da constituição das gangs de rua, grupos de jovens onde impera o desinteresse por tudo que fuja a um universo fenomenológico existente ao seu redor. Esses jovens estão condenados a viver e morrer fora do mercado de trabalho formal.

O modo de produção capitalista diferencia-se de todos os outros. Ao contrário dos demais, o mesmo é composto por crises cíclicas, que mudam a sua

aparência, mas não a sua essência. Os modos de produção anteriores ao capitalismo mantiveram a mesma estrutura por centenas de anos, sofrendo transformações e crises que levaram a sua total ruptura. O capitalismo é um movimento contraditório constituído por crises e apogeu. O capital cria as suas crises e, ao mesmo tempo, as estratégias para resolvê-las.

A teoria das crises

A problematização do processo de construção de crises cíclicas no capitalismo não é nova. No século XIX e no decorrer do século XX, a internacionalização da circulação de mercadorias e seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais era alvo de debates. Esses debates apontavam tanto para a tendência da redução do espaço de tempo que elas ocorreriam, como aqueles que as entendiam como manifestação de contradições que levariam ao colapso do capitalismo, bem como aqueles que as entendiam como manifestação de um processo de materialização da barbárie humana.

Marx se propôs a analisar a construção das crises tomando como referência a superprodução de mercadorias e a lei de tendência decrescente da taxa de lucro. O ponto de partida de Marx foi a produção capitalista. Para isso, dedicou-se a problematizar o modo de produção capitalista e suas mediações dialéticas entre as relações de produção e circulação de mercadorias. A compreensão desta contradição era fundamental para o entendimento da gênese das crises do capitalismo.

Quando Marx debate o conceito de crise de superprodução, parte do princípio que o capitalismo teria uma tendência em aumentar a produção em larga escala, desencadeando um processo de desequilíbrio entre a produção e o consumo. As massas possuiriam uma tendência em encontrar dificuldades para o acesso às mercadorias, ocasionando desajustes no sistema. A crise de superprodução corresponde ao processo em que o desenvolvimento das forças

produtivas supera as necessidades de valorização do capital. Essa crise só é superada quando se desenvolve uma dupla estratégia do capital. Um processo de destruição forçada da massa das forças produtivas acompanhadas pelo aumento da exploração dos antigos mercados e a conquista de novos mercados, restabelecendo as condições de valorização do capital.

Com referência à conquista de novos mercados, verifica-se um processo histórico que aponta a tendência à internacionalização do capital. Marx afirma em “China: fósil vivente o transmissor revolucionário?” que desde o começo do século XVIII todas as grandes transformações sociais e revoluções desenvolvidas na Europa ocorreram antecipadas por crises comerciais e financeiras que se consolidaram a partir de causas supranacionais. Dialogando com a lei do contato dos extremos apontada por Hegel, Marx afirma que o modo de produção capitalista possibilita que locais distantes no planeta se relacionem, toquem-se e se liguem. Com efeito, o mercado britânico é influenciado pelo chinês e ambos podem ser influenciados por uma crise na Índia.²

Marx afirma em “O capital” que o capital possui uma tendência a consolidar o desenvolvimento total das forças produtivas. A consolidação desse processo coloca ao próprio capital a necessidade de ultrapassar constantemente os limites por ele mesmo criados.³ Ainda com referência à necessidade de ampliação constante do capital, Marx discute no volume I dos Grundrisse que o capital é uma contradição viva, pois determina ao trabalho e à criação de valores que se constrói a partir dele uma barreira que contradiz sua tendência constante de ampliação.⁴

Essa tendência à superprodução e à negação do trabalho apontada por Marx apresenta contradições relativas à produção que aparecem, resolvem-se e retornam novamente nas crises, pois são ligadas dialeticamente à produção. O aumento absoluto das forças produtivas proporciona que a expansão do capital ultrapasse

² Alex Fiúza de Mello. *Capitalismo e mundialização em Marx*. Editora Perspectiva, 2000, p.110-114

³ K. Marx. *O Capital – crítica de la economia política*. Fondo de Cultura Económica, 1966, p.248.

⁴ K. Marx. *Elementos fundamentais para la crítica de la economia política. Grundrisse*. Siglo XXI Argentina Editores, 1973, p.375.

sua concretização como valor-capital. A característica do capital de produzir sem ter o total controle dos limites do mercado aponta a consolidação do processo de superprodução de mercadorias.⁵

Assim, se o capital contém uma tendência recorrente a se abstrair das determinações de sua valorização, é através das crises que essas determinações se impõem, de modo violento, ao capital. As crises, portanto, do mesmo modo que explicitam como o capital ultrapassa “os limites dentro dos quais deve-se mover a conservação e valorização do valor-capital”, repõem, através da desvalorização geral, as condições para que a produção volte a transcorrer no interior desses mesmos limites. (Mazzucchelli, 1983: 16)

A análise da constituição de uma crise no capitalismo monopolista através da superprodução de mercadorias ganha maior complexidade quando relacionada à discussão da tendência histórica de redução das taxas de lucro na reprodução do capital. A lei da tendência decrescente da taxa de lucro é fundamental para a elaboração da concepção marxista das crises.

Marx problematiza em o “livro III de O Capital” que a teoria da tendência decrescente da taxa de lucro materializa uma contradição. Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, maior o decréscimo da taxa média de lucro do capital. Esse processo se consolida em virtude da existência do excedente de capital. O crescimento de capital acumulado, em virtude do aumento da mais-valia, encontra uma redução de possibilidades de investimento que proporcionem uma rentabilidade adequada. Com efeito, desenvolve-se uma redução contínua do investimento produtivo, provocando uma redução dos empregos e dos salários dos trabalhadores. A redução da massa salarial impulsiona uma crise na venda das mercadorias que já foram produzidas. Instaura-se, como desdobramento desse movimento no âmbito da circulação das mercadorias, uma crise de superprodução em virtude do desequilíbrio entre a produção e o consumo que faz com que o capital reduza a sua produção, determinando a paralisação e a depressão dos

⁵ Frederico Mazzucchelli. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. Unicamp, 1983, p.16-23.

mercados. Como a produção capitalista subordina o valor de uso ao valor de troca, a economia somente se reativará quando ocorrer os seguintes fatores: a paralisação e depressão dos mercados gerarem salários reduzidos; quando ocorrer a desvalorização do capital fixo em virtude das falências de várias empresas; quando o Estado intervier ou quando ocorrer um acontecimento inesperado, como uma guerra, que eleve a produção capitalista.⁶

Marx afirma que se desenvolve uma redução da taxa média de lucro porque o resultado final do processo de acumulação do capital é determinado pelo aumento da composição orgânica do capital entendida como a relação entre o trabalho morto e o trabalho vivo.⁷ A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto provoca uma tendência ao decréscimo da taxa de lucro, uma vez que o trabalho morto apenas transmite à mercadoria uma mesma quantidade de valor já incorporada nos meios de produção. Mesmo com o crescimento da mais-valia obtida no capitalismo, a relação entre o investimento e a mais-valia obtida será cada vez menos favorável ao detentor dos meios de produção. Em virtude das taxas de lucro dependerem da taxa de mais-valia, elas tenderão a cair em longo prazo.⁸

A concepção marxista de crise

Os pressupostos teóricos acima expostos influenciaram gerações de pesquisadores movidos pelos debates do tempo vivido em que produziram as suas análises. Partindo de concepções que dialogam com as concepções de Marx e Engels, existe um conjunto de trabalhos, Lênin, Rosa Luxemburgo, Tugan-Baranowsky, Conrad Schimdt, Kausty e Boudin, entre tantos outros, tendo como

⁶ Manuel Castells. *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*. Paz e Terra, 1979, p.26

⁷ Para Marx, a composição orgânica do capital é composta pelas relações dialéticas entre a concorrência capitalista, o desenvolvimento das forças produtivas e a tendência à substituição do capital variável pelo capital constante. Esse processo é marcado pela resistência dos trabalhadores que se materializa no processo de luta de classes. Id. ao anterior, p. 28-30

⁸ Ibid., p.26-27.

referência o capitalismo do final do século IX e início do século XX. Essas concepções têm como ponto comum a defesa de que as crises do capitalismo teriam o potencial destrutivo de materializar o colapso de todo o modo de produção.

Lênin em “El desarrollo del capitalismo na Rusia”, acreditava que a causa da crise se devia ao desenvolvimento desigual dos diferentes ramos industriais que formam o mercado. As crises eram a materialização da contradição entre o caráter privado da apropriação e o caráter de produção socializada pelo capitalismo. Rosa Luxemburgo em “La acumulación del capital” apontava que o capitalismo era um modo de produção voltado para o colapso. A expansão do capital em busca de novos mercados destruiria as formas anteriores de produção, acirrando rivalidades internacionais e reduzindo as possibilidades de expansão futura. Esse processo de rivalidades se desdobraria no aumento da militarização dos Estados capitalistas. O militarismo se transformaria em um novo campo de acumulação, um meio de obtenção de mais-valia, deixando insuportável as contradições capitalistas. O acirramento dessas contradições teria o potencial de eliminar o próprio capitalismo.⁹

Tugan-Baranowsky em “Theoretische grundlagen des marxismus” não distinguia a teoria do colapso da teoria da crise do capitalismo. Defendia que a teoria de Marx apontava um crescimento incontrolável das crises que levaria, inevitavelmente ao colapso do todo o modo de produção capitalista. Conrad Schmidt em “Sozialistische Monatshefte” acreditava que Marx e os marxistas construíram uma teoria do colapso cuja essência era o subconsumo. Schmidt apontou que a classe trabalhadora estava preparada para organizar o socialismo sem o estímulo das condições econômicas intoleráveis. Kausty em “Krisentheorien” problematizou a questão das crises do capitalismo dando atenção especial à teoria do colapso. Partia do princípio que a tendência das crises era se

⁹ Frederico Mazzucchelli. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. Unicamp, Instituto de Economia, 2004, p. 143-155

agravar, defendendo que o capitalismo estava condenado a um período de depressão crônica. Acreditava que os conflitos deveriam ser cada vez mais severos, pois se expandia não apenas nas lutas de classe internas, mas também para o acirramento dos conflitos internacionais, pois com o crescimento da depressão econômica crônica, cada nação lutaria para expandir no mercado, em detrimento das outras. Diante desse processo, o único caminho para o proletariado organizado era o da luta de classe, evitando como isso às ilusões do revisionismo. Louis B. Boudin em “The Theoretical System of Karl Marx” resumiu as opiniões teóricas dos representantes do socialismo internacional da primeira década do século XX. Defendia que as crises se tornariam mais severas e que haveria limites para a expansão do capitalismo, chegando a acreditar em um colapso econômico do sistema capitalista.¹⁰

Uma outra geração de pesquisadores influenciada pela profunda rearticulação do capitalismo monopolista no final dos anos de 1960 e no decorrer da década de 1970, composta pelos trabalhos de Kurz, Mészáros, Dowbor, Bihr, Harvey, Bernardo, entre outros, tomaram como referência o crescimento da miséria, do fetiche da mercadoria e da barbárie. Defendem a necessidade de transformação do modo de produção capitalista, apontando que existem as condições objetivas para tal, mas que as condições subjetivas, frutos de movimentos estruturais do capitalismo, são um caminho a ser construído pelos coletivos humanos.

Robert Kurz em “O colapso da modernização” acredita que a acumulação primitiva não se completou. Mesmo com o seu avanço tem termos de criar uma massa de consumidores, o processo acumulativo encontrou dificuldades em integrá-la às empresas, consolidando um processo perverso de exclusão social crescente. A consolidação de um processo social dominado pela mercadoria consolida um mundo unificado baseado em crises constantes. Itsvan Mészáros em “Para além do capital” aponta que a crise do capitalismo tem suas bases na lógica

¹⁰ Paul M. Sweezy. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Abril Cultural, 1983, p. 153-170

da produção destrutiva, uma lógica que encontra dificuldades crescentes em incluir no círculo de consumo grandes parcelas populacionais. Mészáros acredita que o capitalismo apresenta contradições cada vez mais inconciliáveis que colocam em risco a própria existência humana. Ladislau Dowbor em “Introdução teórica à crise: salários e lucros na divisão internacional do trabalho” defende que a crise do capitalismo é uma crise conjunta que atinge tanto os países industrializados como os do terceiro mundo. Defende que as raízes da crise estão presentes na profunda e injusta distribuição de renda no capitalismo mundial. Alan Bihl em “Da grande noite à alternativa: movimento operário europeu em crise” entende a crise e seus desdobramentos enquanto um processo contraditório. As crises entendidas como ecológica, cultural e de sociabilidade, ao mesmo tempo em que apresentam desdobramentos nefastos às organizações sociais, podem servir como princípios de resistência a uma luta ampliada dos trabalhadores. David Harvey em “Condição Pós-Moderna” baseia suas discussões na tese da acumulação flexível, uma forma de organização produtiva voltada para a superação de crises de acumulação cujos desdobramentos são o desemprego estrutural, o retrocesso do poder sindical e a destruição e recomposição de habilidades profissionais com ganhos modestos, quando ocorrem, salariais. Bernardo aponta a existência de um processo de contradições gerais do capitalismo e das condições de sua precipitação. A crise se consolida quando o aumento da taxa de lucro não é suficiente para garantir o equilíbrio da reprodução da capital. A crise econômica é o desdobramento de um processo de desequilíbrio do capital causada pela queda radical da taxa de lucro.

A reflexões ocorridas acima, longe de esgotar a discussão sobre o tema, apontam que o debate sobre as crises está presente em todas as fases do capitalismo monopolista. A crise atua como um processo intrínseco à lógica de produção de mercadorias, apontando que o apogeu econômico e social anuncia a catástrofe e a catástrofe o apogeu.

A concepção de crise como princípio para uma análise contemporânea da sociedade capitalista.

Debater a crise instaurada implica em verificar o processo de precariedade instaurada a grandes coletivos humanos. Processos que se materializam através do aumento da miséria, da violência urbana e rural, do desemprego, da ausência de utopias e da falta de esperança. Partimos do princípio que Marx não diagnosticou a crise final do capitalismo, até por não entendê-la como uma lei natural, mas como uma tendência do modo de produção capitalista, sujeito tanto à precipitação como a adiamentos em virtude de diferentes fatores, sendo central a dinâmica das lutas de classe.¹¹

Acreditamos que um dos princípios que se pode basear uma análise contemporânea da crise do capitalismo monopolista consiste na consolidação de processos desiguais de distribuição de renda. Nas últimas décadas do século XX, a média salarial dos países desenvolvidos foi próxima a 30 (trinta) vezes à dos países não desenvolvidos. Ao mesmo tempo, verifica-se que o aumento da intensidade do trabalho é maior nos não desenvolvidos, superando em 15 vezes a média dos países desenvolvidos. *“Ora, se a diferença de salários é 1:15 para produtividade igual, enquanto a taxa de lucro é a mesma no centro e na periferia, há lugar para a transferência de lucro de uma zona para outra – se assim não fosse os lucros seriam, como é evidente, incomparavelmente mais elevados na periferia.”* (Dowbor, 1981: 36)

Essa diferença entre a composição de rendas em diferentes centros populacionais, de acordo com sua inserção no capitalismo monopolista, provocou uma contradição baseada na imobilidade do trabalho e na mobilidade do capital.

Ninguém se preocupou quando os efeitos catastróficos eram apenas no terceiro mundo. Hoje a inquietação resulta do fato da crise refluir de forma violenta sobre o desenvolvimento dos países membros do OCDE que durante 30 anos viveram períodos de prosperidade crescente e fecharam os olhos para o abismo que se abria

¹¹ Alex Fiúza de Mello. *Capitalismo e mundialização em Marx*. Perspectiva, 2000, p. 125.

em virtude do atraso crescente de quatro quintos da população que vivia sob o regime capitalista. (Dowbor, 1981: 156)

Como desdobramentos desse desajuste mundial, verifica-se que os efeitos atingem as próprias empresas dos pólos mais desenvolvidos do capitalismo monopolista.

Todas as empresas do lado vencedor do mercado mundial se aproximam de uma determinada quantia de mais-valia global, e forma de dinheiro disponível; participa, portanto, na mais-valia global, e isso para muito além de sua própria produção efetiva de valor. A parte dos vencedores aumenta, portanto à custa dos perdedores. Se o nível global da produtividade, e com ele o nível correspondente da rentabilidade, é tão alto (e já alcançamos essa fase) que “perder” significa, para um número cada vez maior de empresas, a exclusão do mercado e, portanto, a destruição de capital, acontece que em cada nova volta do processo de concorrência diminui a massa global de mais-valia disponível, que pode ser apropriada, em relação à massa global do capital monetário aplicado, já que tem este de “crescer” antes de transformar-se na forma-dinheiro. (Kurz, 1999: 192)

O capitalismo soltou-se da corrente e atacou a si mesmo. Verifica-se que regiões produtivas inteiras, em virtude da derrota de suas indústrias nos mercados mundiais, estão perdendo o seu papel em termos de regiões industriais, pois não conseguem obter capital monetário para manter as estratégias para concorrer no mercado. Com efeito, desenvolvem-se processos de desindustrialização que atingem países até como o Japão e a Alemanha. Os Estados Unidos da América e a Grã-bretanha utilizam os seus recursos de capital monetário em investimentos em armamentos, intervenções globais, etc. Como forma de tentativa de combate à crise, o Japão, a Alemanha e os Tigres Asiáticos financiam a sua própria produção, utilizando, para garantia de suas vantagens de exportação nos mercados mundiais, grandes somas financeiras utilizadas como empréstimos às economias das OCDE para a continuidade da larga produção e penetração de mercadorias importadas em suas fronteiras. Esse é um processo que mantém o déficit ocidental com

dinheiro emprestado. A existência da crise das dívidas e das economias deficitária pode levar o Japão e a Alemanha a uma crise econômica de largas proporções.¹²

É importante observar que se consolida um desequilíbrio produtivo em termos da produção e capacidade produtiva da máquina produtora de mais-valia. Um desafio que se consolida na construção de estratégias como garantia de produzir para uma massa mundial consumidora empobrecida e expulsa gradativamente do mercado consumidor, tanto nos países desenvolvidos, como em maior escala nos países em condições precárias. Com a redução gradativa do universo de consumidores, desenvolve-se uma estratégia empresarial voltada para o aumento da velocidade de circulação das mercadorias.

Em um processo de crise estrutural do capitalismo, o capital não tem mais condições de se preocupar apenas com o aumento do círculo do consumo para o benefício social, mas sim para a garantia de sua reprodução ampliada que só pode ser assegurada através da consolidação de várias formas de destruição. O processo de realização do capital compreende o consumo e a destruição como equivalentes funcionais.¹³

É nesse sentido que se desenvolve o processo de produção destrutiva do capitalismo. Para Mészáros, o capitalismo corresponde a uma sociedade descartável. O equilíbrio entre a produção e consumo só se concretiza quando ocorre o aumento da velocidade do consumo, ou seja, o descarte prematuro de grandes quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens duráveis, devendo os mesmos serem descartados antes de esgotarem a sua vida útil. A produção capitalista atua antes com propósitos destrutivos do que produtivos. A tendência à reprodução ampliada do capital se impõe em qualquer circunstância, não importando a grandeza adquirida. Logo, quando uma nova tecnologia é criada, é decretada a sua morte. O desenvolvimento dos meios de

¹² Robert Kurz. *O colapso da modernização*. Paz e Terra, 1999, p. 194-200.

¹³ Itsvan Mészáros. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Boitempo Editorial, 2003, p. 21-23

produção se opõe às necessidades humanas, pois o que importa é a expansão do capital.¹⁴

Dialogando com a teoria da tendência à superprodução de mercadorias exposta por Marx, Mészáros afirma que a separação forçada dos trabalhadores dos meios de produção retira as limitações do consumo, estimulando a produção motivada pela oferta. O capital perde a habilidade de propor limites aos seus procedimentos produtivos, sendo forçado a entrar na inatividade e na crise. O capital não trata o valor de uso e o valor de troca meramente como dimensões separadas, mas de uma maneira que o primeiro é subordinado ao último. Assim, *“qualquer mercadoria pode estar constantemente em uso, num extremo da escala, ou ainda nunca ser usada no outro extremo das possíveis taxas de utilização, sem perder por isso sua utilidade no que tange às exigências expansionistas do modo de produção capitalista”*. (Mészáros, 1996: pp. 69-70).

Estabelecendo diálogo com a teoria do valor de Marx, Mészáros propõe que ao capital não importa se houver uma redução no valor de uso de uma mercadoria, pois isso não afetará o seu valor de troca. O que interessa é que a transação comercial seja realizada. O que importa é que

(...) uma certa quantidade de valor de troca seja efetivamente realizada na mercadoria em questão através do ato de venda em si, sem levar em conta se ela subsequente estará sujeita a uso constante ou a muito pouco, se é que a algum (por exemplo, a câmara fotográfica que poderei usar apenas uma vez por ano, nas férias, se tanto) como pode ser o caso. Pois o capital define “útil” e “utilidade” em termos de vendabilidade; um imperativo que pode ser realizado sob a hegemonia e no domínio do próprio valor de troca. (Mészáros, 1996: p. 70)

Partindo desse princípio, o capital inventa uma relação baseada em consumidores e produtores, reduzindo, como desdobramento desse, o papel estratégico do trabalho. Uma relação que proporciona a eliminação do trabalho vivo no processo de trabalho. Os problemas referentes à redução do trabalho vivo

¹⁴ Itsvan Mészáros. *Produção destrutiva e Estado capitalista.* Ensaio, 1996, p. 25

no processo de trabalho são atribuídos como conjunturais de inspiração tecnológica, cujas soluções também estão na tecnologia. O desemprego toma essa dimensão, omitindo sua formulação como proveniente de decisões humanas. O desemprego em um processo de crise do capitalismo assume uma dimensão sobrenatural.¹⁵ Em outras palavras, enquanto um processo fetichizado que omite as relações sociais que o produzem, nega a possibilidade de intervenção humana que o produz.

Educação e trabalho e suas possibilidades de investigação em termos da história da educação.

O processo de crise do capitalismo que se desenvolve a algumas décadas no capitalismo monopolista inspirou diferentes trabalhos no âmbito da educação e do trabalho. Suas reflexões foram influenciadas por diferentes áreas do conhecimento que dialogam com a educação. Tendo como referência a heterogeneidade dessas discussões e o grande número de autores que desenvolvem estudos sobre o tema, uma delimitação das principais áreas se faz necessário. Assim, verificamos que os estudos nas Ciências Sociais merecem destaque os trabalhos de Ricardo Antunes, Armando Boito, Ângela Carneiro, Thomas Gounet, Graça Druck, David Harvey, Robert Castel, Itsvan Mészáros, André Gorz, Robert Kurz, Helena Hirata, Domenico de Masi, Jean Logkine, Christophe Dejours, entre outros, que dialogam sobre o trabalho, as formas de organização técnica da produção capitalista e os movimentos sociais. Nas análises sobre a globalização existem os trabalhos de Octávio Ianni, François Chesnais, Landislaw Dowbor, Alex Fiúza de Melo, Noan Chomsky, Perry Anderson, Francisco de Oliveira, Atilo Bóron, entre outros.

Esses trabalhos influenciam estudos amplos na área da educação que analisam o papel do Estado, a gestão escolar, a formação dos professores, o

¹⁵ Id. ao anterior, p. 94-95

currículo escolar, a formação dos trabalhadores, a formação no partido político, entre outros. Merecem destaque os trabalhos de Gaudêncio Frigotto, Lucídio Bianchetti, Pablo Gentili, Acácia Kuenser, Luiz Antônio Cunha, Jamil Cury, Miguel Arroyo, Sérgio Tumolo, Celso Ferreti, Werner Market, Márcia de Paula Leite, Liliana Signini, Emir Sader, Lucília Machado, Eloísa Helena Santos, Francisca dos Santos, Naura S. Carapeto Ferreira, Romualdo Portela, Tomáz Tadeu da Silva, Regina Gracindo, Fernando Fidalgo, Sílvia Manfredi, Paolo Nozella, Mariano Enguita, Newton Duarte, entre outros.

Nos trabalhos no âmbito da economia merecem destaque os de Benjamin Coriat, Alan Lipietz, James Womack, Daniel Jones e Daniel Roos, Harry Braverman, Jorge Mattoso, Paul Singer, Cláudio Napoleone, Roman Rosdolsky, Márcio Pochmann, João Bernardo, Claus Offe e Alan Bihr, Maurice Dobbe, entre outros. Esses trabalhos apontam para reflexões no âmbito da economia da educação dos quais podem ser citados Newton Antonio Bryan, Luiz Enrique Aguilar, Cláudio Salm, Azuete Fogaça, Martin Carnoy, Henry Levin, Paul Baran e Paul Sweezy, entre outros.

Os estudos sobre o trabalho no âmbito da História merecem destaque os trabalhos de Eric Hobsbawm e E. P. Thompson. Os trabalhos sobre a História e a História da Educação que dialogam com as concepções de trabalho e politecnia, formação profissional nas indústrias e nas instituições escolares, formação nos partidos políticos e nos movimentos sociais, etc., verifica-se as contribuições de Demerval Saviani, José Claudinei Lombardi, José Luiz Sanfelice, Sérgio Castanho, Olinda Noronha, Gilberto Alves, Wilson do Nascimento Barbosa, Vera Fellini, Maria Helena Capelato, Esmeralda Blanco Bousonaro de Moura, Lúcia Bruno, Maria de Fátima Felix Rosar, Paolo Nosella, João dos Reis Silva, Jorge Luiz Camarano Gonzáles, Carlos Henrique de Carvalho, Antônio Almeida, Paulo Almeida, Anselmo Colares, Luiz Bezerra, Vera Abraão Borges, Ronalda Barreto, Carlos Lucena, entre tantos outros.

O ano de 2005 assistiu à organização de um grande evento em âmbito internacional que ocorreu em Portugal, na cidade de Aveiro, organizado pela Universidade de Aveiro e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pela Universidade de Salamanca, que foi o “Congresso Internacional de Educação e Trabalho: representações sociais, competências e trajetórias profissionais”. O mesmo norteou as discussões sobre o trabalho e a educação delimitando eixos investigativos que envolveram centenas de pesquisadores. O Congresso foi dividido em três eixos principais denominados por: Educação, competência e trabalho, representações: educação e trabalho e inserção e trajetórias profissionais. O primeiro eixo analisou as mediações existentes entre a oferta e a procura por formação e educação influenciadas pelas mudanças sociais que ocorrem em virtude do processo de globalização, evolução científica e tecnológica e reorganização das empresas e dos processos de trabalho. O segundo eixo analisou as representações dos educadores em termos das possibilidades de intervenção frente às transformações do mundo do trabalho. O terceiro eixo problematizou a inserção dos portadores de diplomas em face às mudanças no mercado de trabalho.¹⁶

O Histedbr produziu em 2001, entre os dias 20 a 24 de agosto, na Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, o seu V Seminário Nacional em comemoração aos seus 15 anos de fundação e 10 anos de institucionalização. Este evento levou à publicação de um livro organizado pelos Professores José Claudinei Lombardi, Demerval Saviani e José Luis Sanfelice, denominado “Capitalismo, trabalho e educação” publicado pela Editora Autores Associados em parceria com o Histedbr em 2002. O livro foi dividido em 4 partes assim denominadas: Abertura; Capitalismo, trabalho e educação; Capitalismo, trabalho e educação no Brasil; 15 anos do Histedbr. O mesmo foi resultado dos debates ocorridos nas mesas redondas os quais participaram os seguintes

¹⁶ Resumo das comunicações do Congresso Internacional de Educação e Trabalho: representações sociais, competências e trajetórias profissionais. Universidade de Aveiro, 2005, p.7.

pesquisadores: Acácia Kuenser, Celso João Ferreti, Demerval Saviani. Gaudêncio Frigotto, José Claudinei Lombardi, José Luis Sanfelice, Maria Ciavatta, Octácio Ianni, Pablo Gentili e Ricardo Antunes.

O ano de 2001 assistiu também a um Congresso promovido pela Universidade do Contestado, em Caçador, Santa Catarina, organizado em conjunto com o Histedbr Contestado que se denominou VIII Congresso de Educação - Educação e Trabalho - ocorrido em 25 de novembro. O mesmo envolveu centenas de inscritos em virtude das parcerias realizadas com as secretarias de educação de cidades da região. Foram organizadas diversas conferências e mesas redondas. Como conferencistas estiveram presentes os professores Gaudêncio Frigotto, José Luis Sanfelice, Newton Bryan e Carlos Lucena.

Considerações em termos de possibilidades de investigação científica no Histedbr.

Conforme demonstramos, a área de educação e trabalho é ampla e apresenta múltiplas intermediações entre diferentes áreas do conhecimento. Apesar dos Congressos acima citados, os estudos sobre História, Trabalho e Educação no Histedbr ainda são preliminares. Os trabalhos que mais se aproximam dessa temática estão localizados nas discussões sobre Educação Profissional, dos quais se destacam análises sobre história das instituições escolares, estudos sobre a formação profissional no ensino não formal e formação nos partidos e nos movimentos sociais.

Acreditamos que o volume de reflexões realizadas por um contingente considerável de pesquisadores no Histedbr oferece condições para a discussão de projetos interinstitucionais voltados para a História, o Trabalho e a Educação. Essas pesquisas iriam além da educação profissional, recuperando processos históricos educacionais mediados pelo trabalho, movimentos estruturais do capitalismo monopolista e seus impactos na educação, entre tantas outras

possibilidades a serem discutidas de acordo com os interesses múltiplos e capacidade de investigação presentes no grupo de pesquisa.

Partimos do princípio que a investigação nessa área que poderia se constituir em um novo tema de debates nos Seminários do Histedbr, local privilegiado para a elaboração de projetos de pesquisa de abrangência nacional. Nos 20 anos do Histedbr, esse é um dos desafios que se coloca.

Referências

Anderson, Perry. (1996) O balanço do neoliberalismo. In Gentile, Pablo; Sader, Emir. *Pós-Neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado Democrático*. - São Paulo: Ed. Paz e Terra,. Capítulo I. pp. 9-38.

Antunes, Ricardo. (1995) *Adeus ao trabalho?*, - Campinas: Ed. Cortez. 155p.

_____. (1992) *A rebeldia do trabalho*. 2a. Edição. - Campinas: Ed. Unicamp. 220p.

_____. (1988) *Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil*. - São Paulo: Ed. Ensaio. 187p.

_____. (1999) *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. - São Paulo: Boitempo Editorial. 258p.

_____. (1997) Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In. Antunes, R. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo : Boitempo. p.71-84

Aranha, A. V. S. (1997) O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. In *Revista Trabalho e Educação*. Belo Horizonte : nº 2. p. 12-30

Arroyo, M. (1991) Revendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana. In: Silva, T. T. da (org.) *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Barbosa, Wilson do Nascimento. *Políticas Anticíclicas e Balanço de Pagamentos na Crise de 1965 - 1967: a experiência exitosa do Japão*. Universidade de Lund, 1975.

Baran, Paul A. e Sweezy, Paul M. (1974) *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro : Zahar Editores. p. 281- 331

Bernardo, J. (1991) *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez.

_____ (2000) *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?*. São Paulo: Boitempo,. 98p.

Bihl, Alan. (1998) *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo : Boitempo Editorial. 287p.

Braverman, H. (1980) *Trabalho e capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar. 379p.

Bryan, Newton Antonio P. *Educação, trabalho e tecnologia em Marx*. Texto para Discussão. Campinas: Unicamp, FAE, DASE. 39p.

Capelato. M. H. R. (1998) *Multidões em cena: propaganda política do varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus.

Carnoy, Martin e Levin, Henry M. (1993) *Trabalho e escola no estado capitalista*. São Paulo : Cortez. 350p.

Castells, Manuel. (1979) *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*. SP: Paz e Terra.

Castel, Robert. (1998) *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro : Vozes. Parte VII. p.415-494.

Chesnais, François. (1997) O capitalismo de fim de século, In COGGIOLA et. alli. *Globalização e Socialismo*. São Paulo : Xamã,. p. 7-34.

Colares, A. A., Coelho, M. S. (2001) Os fantasmas não morrem: reflexões acerca da teoria do capital humano. *Anais do V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação*. Campinas: Unicamp.

Coriat, Benjamin. (1994) *Pensar ao avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*; Tradução de Emerson S. da Silva. - Rio de Janeiro: Revan , UFRJ. 209p.

Coggiola, Osvaldo. (1995) *Engels, o segundo violino*. São Paulo, Xamã.

Cunha, L. A. (1980) *Uma leitura da teoria da escola capitalista*, Rio de Janeiro, Achiamé.

Dowbor, L. (1997) *A reprodução social*. São Paulo, Mimeo. 124p.

_____. (1981) *Introdução Teórica à crise: salários e lucros na divisão internacional do trabalho*. SP: Brasiliense.

Duarte, Newton. (2003) Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (por que Donald Shön não entendeu Luria). In *Revista Educação e Sociedade*. Campinas: vol 84, n. 83. p. 601-625.

Enguita, M. R. (1995) O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In Silva T. T. e Gentili P. A. (org.) *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes. p.93-110

Faria, Maria da Graça Druck, (1995) *Terceirização: (des) fordizando a fábrica*. - Campinas, São Paulo: Tese de Doutorado, Unicamp.

Ferreti, C. J.; Silva Jr, João dos Reis; Oliveira, Maria Rita N. S. (1999) *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã.

Frigotto, G. (2000) *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez.

_____. (1999) A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural. In SILVA, H. S. *A escola cidadã no contexto da Globalização*. São Paulo: Vozes, p.218-238.

_____. Os delírios da razão; crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In Gentile P. (org.) *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em Educação*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1995. pp. 77-108.

Gentili, P. (1995) O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In Silva T. T. e Gentili P. A. (org.) *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes. Capítulo 4. p. 111- 178.

Gonzáles, Jorge Luis Cammarano; Silva Júnior, João dos Reis. (2001) *Formação e Trabalho: uma abordagem ontológica da sociabilidade*. São Paulo: Xamã.

Gorz, A. (1987) *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense - Universitária. 203p.

Gounet, Thomas. (1999) *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. S.P. Boitempo Editorial. 117p.

_____. (1991) Luites concurrentielles et stratégies d' accumulation dans l'industrie automobile. Revista *Etudes Marxistes*, nº 10.

Harvey, David. (1996) *Condição pós-moderna*. 6 ed. - São Paulo: Edições Loyola. 349 p.

Hobsbawm, Eric. J. (1997) *A era do capital 1848 - 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 459p.

_____. (1998) *A era dos extremos: o breve século XX 1914 -1991*. São Paulo : Companhia de Letras. 598p.

_____. (1988) *A era dos impérios 1875 -1914*; Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra,. 546p.

Ianni, Octávio. (1997) *A Era do Globalismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 225p.

_____. (1998) Neoliberalismo e nazi-fascismo. In *Revista Crítica Marxista* São Paulo : Xamã, nº 7. pp. 112-120.

Kuenser. A. (1987) *Educação e trabalho no Brasil: O estado da questão*. Brasília: INEP/MEC.

_____. (1995) *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez. 205p.

Kurz, Robert. (1992) *O colapso da modernização*, Trad. Karen Elsabe Barbosa. SP: Paz e Terra.

_____. (1997) *Os últimos combates*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 394p.

Lipietz, A. (1988) *Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo*. Tradução Catherine Marie Matthieu. São Paulo: Nobel. 231p.

Lombardi, José Claudinei. (1994) História da educação brasileira e marxismo. *Revista Trajetos*. nº 1.

_____. (1993) *Marxismo e história de educação: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Campinas: Unicamp.

Lombardi, José Claudinei; Saviani, Demerval; Sanfelice, José Luis. (2002) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados; Histedbr.

Lucena, Carlos. (1997) *Aprendendo na luta: A história do sindicato dos petroleiros de Campinas e Paulínia*. - São Paulo: Ed. Publisher Brasil. 147p.

_____. (2003) Educação e trabalho: interfaces do mercado. In Lombardi, José Claudinei. *Temas de pesquisa em educação*. Campinas, Autores Associados, Caçador, UnC. Pp 143-160

_____. (1997) Os desafios da formação educativa sindical frente ao neoliberalismo. *Revista Educação nº 3*. - PUC Campinas. pp.51-58

_____. (2004) *Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.

Machado, L. R. S. (1982) *Educação e divisão social do trabalho*. São Paulo: Autores Associados. 154p.

Manacorda, M. A. (1979) *Marx y la pedagogía moderna*. Barcelona, Espanha : Oikos-tau Ediciones. 212p.

Market, Werner. (1996) *Trabalho, qualificação e politecnia*. Campinas: Papirus.

Marx, K. (1966) *O Capital - crítica de la economía política*. México: Fondo de Cultura Económica.

_____. (1985) *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1º, Volume I, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 2. ed - São Paulo: Ed. Nova Cultural.

_____. (1988) *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1º, Volume II, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural.

_____. (1984) *O Capital: crítica da economia política*. Livro 2º, Volume III, tradução Reginaldo Sant' Anna - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural.

_____. (1984) *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3º, Volume VI, tradução Reginaldo Sant' Anna - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural. .

_____. (1973) *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política*. Grundrisse. Argentina: Siglo XXI Argentina Editores.

_____. (1987) *Miséria de la filosofía: respuesta a la filosofía de la miséria de P. - J. Proudhon*. México: Siglo Veintiuno Editores.

Marx, Karl, Engels, Friedrich. (1977) *A ideologia alemã*. SP: Editora Moraes.

Mattoso, J. (1995) *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta. 210p.

_____. (1999) *O Brasil desempregado*. São Paulo: Perseu Abramo, 47p.

Mazzucchelli, Frederico. (2004) *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. Unicamp: Instituto de Economia.

Mello, Alex Fiúza de. (2000) *Capitalismo e mundialização em Marx*. SP: Editora Perspectiva.

_____. (1999) *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo Editorial. 286p.

Mészáros, I. (2003) *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Trad. Paulo Cezar Castanheira. SP: Boitempo Editorial.

_____. (2002) *Para além do capital*. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. SP: Boitempo Editorial.

_____. (1996) *Produção destrutiva e Estado capitalista*. - São Paulo: Ensaio. 147p.

Napoeloni, Cláudio, (1981) *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*; tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. p. 86-95

Noronha, Olinda Maria. (2002) *Políticas neoliberais, conhecimento e educação*. Campinas, SP: Editora Alínea.

Offe, C. (1994) *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense. 322p.

Salm, C. L. e Fogaça, A. (1998) Tecnologia, emprego e qualificação: algumas lições do século XIX. In *Emprego e desenvolvimento tecnológico*. São Paulo: Dieese.

Salm, C. (1980) *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense. 112p.

Santos, E. H. (1997) Trabalho prescrito e trabalho real no atual mundo do trabalho. *Revista Trabalho e Educação*. Belo Horizonte : nº 1. p. 13-27.

Santos, Francisca dos. (1997) Educação, trabalho, cidadania e qualidade Social. *Revista Trabalho e Educação*. Belo Horizonte : nº 1. p. 48-55.

Saviani, D. (1983) *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez. 96p.

_____. (1989) *Sobre a concepção de politecnia*. Rio de Janeiro: Fiocruz. 50p.

de Paulínia, 1992/96". Piracicaba: XVI ENEGEP (Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção). Outubro. 6p.

Silva, Tomaz Tadeu da. (1994) A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Ed. Vozes. pp. 9-30.

Singer Paul. (1998) *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes. 182p.

_____. (1985) O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889 - 1930. In: HOLANDA, S.B. (Org.). *História geral da civilização brasileira* - Tomo III: O Brasil Republicano - 1º Volume: Estrutura de poder e economia (1889 - 1930). São Paulo: DIFEL. pp. 345 - 390.

Swwezy, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. SP: Abril Cultural, 1983.

Taddei, E. H. (1999) "Empregabilidade" e formação profissional: a "nova" face da política social da Europa. In SILVA, H. S. *A escola cidadã no contexto da Globalização*. São Paulo: Vozes. p. 340-367.

Thompson, E. P. (1991) O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo. In SILVA, Tomaz T. et. alli. *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Womack, James P, et alli. (1997) *A Máquina que mudou o Mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 347p.